

Todo o enunciado deve ser entregue juntamente com a(s) respetiva(s) folha(s) de resposta ao exame e faz parte integrante dela(s)

*Exame final de estágio para solicitadores (2015/2016)*

2.<sup>a</sup> Época

Matéria: Direito e Prática Fiscal

Grupo I (14 valores)

Eduarda Pimenta, solteira, filha única, com domicílio em Sintra, acaba de perder os seus pais num trágico acidente aéreo, ocorrido em 20 de outubro de 2016. O património deixado pelos seus pais é composto por:

- Um prédio urbano sito em Gaia, afeto a fins habitacionais e com o valor patrimonial tributário de 92.000 euros;
- Uma fração autónoma sita em Sintra, onde habitualmente residiam, e com o valor patrimonial tributário de 125.000 euros;
- Um apartamento sito nas Azenhas do Mar, destinado à habitação, com o valor patrimonial de 82.000 euros;
- Uma conta bancária provisionada com a quantia de 180.000 euros; e
- Um veículo automóvel adquirido em 2005, com o valor de 8.000 euros.

**1.1- Admita que foi contactado(a) na qualidade de solicitador(a) por Eduarda Pimenta no sentido de a informar quais as obrigações fiscais declarativas decorrentes do óbito dos seus pais, mencionando a forma mais adequada de a poder ajudar no cumprimento das mesmas. (4 valores)**

**1.2- Quanto ao prédio urbano de Azenhas do Mar, onde Eduarda Pimenta quer residir, afetando-o à sua habitação própria e permanente, questiona-o(a) quanto à possibilidade de obter isenção em sede de IMI. O que lhe diria? (2 valores)**

Decorridos alguns dias, Eduarda Pimenta, ciente dos seus ótimos serviços, volta a contactá-lo(a) uma vez que pretende vender o prédio urbano sito em Gaia, pelo preço de 120.000 euros, à sociedade “Fidalgo - imobiliária Lda.”, com sede no Porto e cujo objeto social se enquadra também na atividade de “compra e venda de prédios para revenda”.

**1.3- Pronuncie-se sobre as obrigações fiscais decorrentes deste negócio de compra e venda para os intervenientes. (8 valores)**

## Grupo II (6 valores)

### Instruções de preenchimento:

Resposta: a resposta a cada uma das questões deve ser dada através do preenchimento de um dos quadrados na sua totalidade. Exemplo:

Engano na resposta: quando se enganar, deve fazer uma cruz por cima da resposta que considera errada e preencher a nova resposta pretendida.

Exemplo:

No caso supra identificado a resposta correta corresponde ao terceiro quadrado.

Cada questão deste grupo tem uma cotação de 1 valor. A resposta errada desconta 0,25 valores. A falta de resposta não é cotada. Uma eventual cotação total negativa neste grupo equivale a 0 valores, não prejudicando a cotação obtida no Grupo I.

**Todo o enunciado deve ser entregue juntamente com a(s) respetiva(s) folha(s) de resposta ao exame e faz parte integrante dela(s)**

**2.1- Numa transmissão onerosa do direito de propriedade de um prédio urbano afeto ao comércio, cujo adquirente o destine à revenda:**

- Há sempre lugar à liquidação e pagamento de IMT e de IS, independentemente do que preceitua o artigo 7.º do CIMT;
- Há lugar à liquidação de IMT, embora dele isento, se o adquirente reunir os requisitos preceituados no artigo 7.º do CIMT;
- Há apenas lugar a liquidação de IS, embora dele isento, face ao que estatui o artigo 7.º do CIMT;
- Não há sequer lugar à liquidação de IMT e de IS;
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**2.2- Um prédio urbano afeto a serviços é adquirido onerosamente por documento particular autenticado, formalizado a 30 de dezembro de 2016. O IMI referente ao ano de 2016 é da responsabilidade:**

- Do transmitente do direito de propriedade, tendo em conta que o registo predial foi apresentado a 31 de dezembro de 2016;
- Do transmitente do direito de propriedade, pelo facto da aquisição onerosa ter sido formalizada por documento particular autenticado no decurso do último trimestre de 2016;
- Do adquirente do direito de propriedade;
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**2.3- Nas transmissões gratuitas “*mortis causa*”:**

- Estão isentos de IS, o cônjuge ou unido de facto, os irmãos e os descendentes ou ascendentes em linha reta;
- Todos os beneficiários estão sujeitos a IS, relativamente às verbas 1.1 e 1.2 da TGIS;
- Todos os herdeiros testamentários incluindo os legatários estão isentos de IS;
- O cônjuge, descendentes, ascendentes e demais herdeiros testamentários independentemente do seu grau de parentesco, estão isentos da verba 1.2 da TGIS;

Nenhuma das alternativas anteriores.

**2.4- A caducidade do direito à liquidação dos tributos por parte da AT é:**

- O prazo de caducidade é sempre de oito anos se for validamente notificado ao contribuinte;
- O prazo de caducidade é sempre de quatro anos se for validamente notificado ao contribuinte;
- O prazo de caducidade conta-se a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário, independentemente de se reportar a impostos periódicos, de obrigação única ou sobre o valor acrescentado;
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**2.5- Numa procuração exarada no interesse do mandatário, que confira poderes de alienação de direitos de propriedade de bens imóveis, em que o representado deixe de poder revogar livremente essa procuração:**

- É devida a liquidação e pagamento de IMT, nos trinta dias imediatos, à data da formalização da dita procuração;
- É devida a liquidação e pagamento de IMT, no ato da formalização dessa procuração, tendo sempre em consideração as isenções ou reduções de taxas que lhe são aplicáveis;
- É devida a liquidação e pagamento de IMT, no ato da formalização dessa procuração, com exclusão do direito a benefícios fiscais na sua tributação, sem prejuízo de ulterior correção, quando aplicável;
- Nenhuma das alternativas anteriores.

**2.6- O ato formal do recurso hierárquico:**

- Pode ser deduzido a todo o tempo, tendo natureza meramente facultativa;
- Tem sempre um efeito suspensivo do procedimento;
- É obrigatoriamente dirigido ao diretor de finanças;
- Nenhuma das alternativas anteriores.